



ESAF  
Escola de Administração Fazendária

Controladoria-Geral da União

Concurso Público - 2006

**Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE**

**Prova P.3**

**Área: Auditoria e Fiscalização**

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição \_\_\_\_\_

### Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
  
"Quem mal lê, mal ouve, mal fala, mal vê."  
  
4- DURAÇÃO DA PROVA: **4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5- Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 7- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

**Boa prova!**

Escola de Administração Fazendária  
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF  
www.esaf.fazenda.gov.br

## FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO PÚBLICO

01-A política fiscal é um instrumento importante que tem capacidade para afetar os quatro objetivos básicos da política econômica, que são crescimento do Produto Interno Bruto, controle da inflação, equilíbrio externo e distribuição de renda. Em relação à política fiscal, não se pode afirmar que

- a) a curto prazo, a política fiscal interfere no nível de produção da economia, tanto por meio da ação direta do gasto público, como indiretamente, via tributação.
- b) a longo prazo, a política fiscal é importante no sentido de disponibilizar recursos para investimentos, que tanto podem ser públicos como privados.
- c) a política fiscal pode afetar a distribuição de renda do país de duas formas: do lado do gasto público, dirigindo-o predominantemente às classes de menor poder aquisitivo e do lado da arrecadação, por meio de um sistema tributário progressivo.
- d) à medida que as importações de um país são determinadas pelo nível de demanda interna (entre outros fatores), a política fiscal interfere no equilíbrio externo, atuando exatamente sobre o nível de demanda, ou seja, quanto maior o gasto público e menor a tributação, maior será a demanda da economia, e portanto, maior o volume de importações.
- e) quanto maior for o montante de poupança gerada no setor público, menor será a capacidade do país investir e maior será o ritmo de crescimento da produção.

02- No mundo real, mercados perfeitamente competitivos são raros, existindo falhas de mercado que justificam a intervenção do governo. Identifique a opção falsa.

- a) São exemplos de falhas de mercado a existência de bens públicos e de externalidades.
- b) Os bens públicos puros possuem as características de não-rivalidade e de impossibilidade de exclusão de seu consumo.
- c) O sistema de preços reflete apenas os custos e os benefícios privados, sendo necessária a presença do governo para incorporar as externalidades ao custo privado, mediante, por exemplo, a tributação ou incentivo fiscal.
- d) Diz-se que uma externalidade tem lugar quando a atividade econômica dos indivíduos, na produção, consumo ou troca, não afeta e não interfere com o interesse dos outros indivíduos.
- e) Há externalidades positivas que podem demandar a intervenção do governo para que não haja uma suboferta.

03- Com base nas funções clássicas do Estado, assinale a única opção falsa.

- a) As necessidades meritórias são aquelas que também são atendidas pelo setor privado e, portanto, não estão sujeitas ao princípio da exclusão.
- b) A função estabilizadora do governo concentra seus esforços na manutenção de um alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda.
- c) As necessidades meritórias e as necessidades sociais são atendidas, no Brasil, pelas três esferas de governo.
- d) Na atual conjuntura brasileira, verifica-se atividade governamental no que se refere à distribuição de renda, via ações compensatórias, tais como as transferências de renda por meio da distribuição de cestas básicas.
- e) A função alocativa do governo está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.

04- A trajetória da dívida pública no Brasil entre 1981 a 1999 pode ser dividida em períodos. Busque a opção falsa com relação à Dívida Pública brasileira entre 1981 e 1999.

- a) O período de 1981 a 1984 caracterizou-se pela elevação da relação dívida/PIB, em um contexto de forte déficit fiscal e estagnação econômica.
- b) A evolução da dívida sofreu uma inflexão em meados dos anos 80, devido à combinação de três elementos: crescimento de certa importância do PIB que teve uma variação real acumulada em cinco anos em 24% de 1985-1989, o aumento da receita de senhoriagem e uma importante sub-indexação da dívida.
- c) A queda de importância relativa da dívida pública manteve-se durante os primeiros anos da década de 90, em outro contexto fiscal, apesar do menor crescimento da economia.
- d) Na primeira metade dos anos 90, além da queda relativa da dívida, sua composição foi alterada pela maior participação da dívida externa na dívida total.
- e) Na análise da evolução da dívida pública no período 1995-1999 podem ser agregados dois fatos relevantes: o reconhecimento de antigas dívidas, inicialmente não-registradas (passivos ocultos), que aumentou a dívida pública, e o efeito da sua redução, associado às privatizações.

05- A idéia de Federação é a de interpor um nível intermediário de poder entre governo central (União) e o governo local (Município). Assim, com relação ao Sistema Federativo do Brasil é pertinente afirmar-se que

- a) o modelo de representação popular não afeta a distribuição de tarefas entre a União e as Unidades da Federação.
- b) a junção de vários Estados numa Federação não envolve uma cessão de soberania.
- c) a existência de amplas desigualdades regionais favorece a ampliação do poder central, pois a Federação, nesse caso, costuma assumir um papel distributivo.
- d) o sistema constitucional de tributos estaduais e municipais nunca exige maior interferência da União na autonomia tributária dos Estados.
- e) os sistemas de impostos estaduais sempre se ajustaram perfeitamente ao espírito federativo.

06- Entre as principais medidas implementadas e que tiveram impactos positivos com relação ao ajuste fiscal realizado pelo governo federal para dar suporte às políticas macroeconômicas durante a segunda metade dos anos 90, identifique a única medida não-pertinente.

- a) Um importante aumento das receitas arrecadadas no nível federal por meio de contribuições sociais não compartilhadas por estados e municípios, as quais foram responsáveis pelo acentuado aumento da carga tributária.
- b) Um pacto de governabilidade entre os partidos majoritários.
- c) Um corte nos investimentos públicos, com conseqüências negativas importantes para a qualidade da infra-estrutura e dos serviços públicos básicos.
- d) Condições mais rígidas aplicadas à expansão da dívida pública estadual e municipal, após as renegociações realizadas em 1997/1998.
- e) Implementação de um importante programa de privatização, que liberou o governo, dos subsídios a empresas estatais.

07- Ao longo dos anos 90 o papel do Estado mudou de forma drástica, passando de um Estado-empresário, que procurava impulsionar o desenvolvimento econômico, definindo diretamente onde os fatores de produção deveriam ser alocados, para um Estado regulador e fiscal da economia. Identifique o requisito que não é necessário para que um sistema regulatório seja eficiente.

- a) Uma política tarifária definida e estável.
- b) A existência de marcos reguladores claramente definidos, que detalhem as relações entre os diversos atores de cada setor, seus direitos e obrigações.
- c) Um mecanismo ágil e eficiente para a solução de divergências e conflitos entre o poder concedente e a concessionária.
- d) Um grande grau de garantia contra os riscos econômicos e políticos.
- e) A criação de um órgão regulador do setor, dotado de especialidade, imparcialidade e autonomia nas decisões.

08- Com relação a déficit público e dívida pública, não se pode afirmar que

- a) para avaliar o estímulo do governo à atividade econômica em termos de complementação da demanda privada, há interesse em se medir o tamanho do déficit público.
- b) quando o déficit público é menor que zero, o governo está fazendo uma política fiscal contracionista.
- c) se o déficit público for maior que zero, o governo estará contribuindo para aumentar a demanda.
- d) caso o governo incorra em um déficit, o gasto que supera a receita deverá ser financiado de alguma forma.
- e) quanto menor for o estoque da dívida pública, maior será o gasto com juros.

09- No que diz respeito à receita pública, indique a opção falsa.

- a) A Lei n. 4.320/64 classifica receita pública em orçamentária e extra-orçamentária, sendo que esta apresenta valores que não constam do orçamento.
- b) A receita orçamentária divide-se em dois grupos: correntes e de capital.
- c) As receitas correntes compreendem as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de alienação de bens, de transferências e outras.
- d) A receita pública é definida como os recursos auferidos na gestão, que serão computados na apuração do resultado financeiro e econômico do exercício.
- e) A receita extra-orçamentária não pertence ao Estado, possuindo caráter de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

10-O Programa Nacional de Desestatização – PND foi instituído pela Lei n. 8.031 de 12.04.90, quando a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo governo brasileiro. Indique a opção incorreta com relação ao PND.

- a) Entre 1990 e 1994, o Governo Federal desestatizou 33 empresas sendo 18 empresas controladas e 15 participações minoritárias da Petroquisa e Petrofertil.
- b) Com as oito empresas do setor siderúrgico vendidas entre 1990-1994, o governo obteve uma receita de venda de US\$ 5562 milhões.
- c) Os títulos representativos da dívida pública federal, chamados de “moedas de privatização” foram muito utilizados como meio de pagamento em decorrência da prioridade dada pelo governo ao ajuste fiscal.
- d) No período de 1995-2002, constatou-se o aumento da utilização “de moedas de privatização” que passou a representar 95% do total arrecadado nos leilões de privatização.
- e) A participação do capital estrangeiro foi bastante significativa no período 1995-2002, atingindo 53% do total arrecadado com todas as desestatizações realizadas no Brasil.

11- Indique a afirmativa incorreta com relação às diferenças entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa.

- a) No orçamento tradicional, a estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento, enquanto no orçamento-programa a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão.
- b) No orçamento tradicional, o processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação, enquanto no orçamento-programa, o orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
- c) No orçamento tradicional, a alocação de recursos visa a aquisição de meios enquanto no orçamento programa a alocação de recursos visa a consecução de objetivos e metas.
- d) Na elaboração do orçamento tradicional, são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais, enquanto na elaboração do orçamento-programa são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.
- e) No orçamento-programa, o principal critério de classificação das despesas é o funcional-programático, enquanto no orçamento tradicional os principais critérios classificatórios são as unidades administrativas e os elementos.

12- Segundo a Constituição de 1988, no capítulo das Finanças Públicas, o Plano Plurianual-PPA é uma Lei que abrangerá os respectivos Poderes na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. No que diz respeito ao Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), identifique a opção incorreta.

- a) A Lei que instituir o Plano Plurianual será elaborada no princípio do primeiro ano do mandato do executivo e terá vigência de quatro anos.
- b) Com base no Plano Plurianual, o governo elaborará e enviará para o Poder Legislativo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) A Lei que instituir o Plano Plurianual definirá programas, objetivos e metas para o quadriênio, cabendo desta forma, à LDO definir, com base no PPA, quais serão as metas que serão desenvolvidas no exercício financeiro subsequente.
- d) Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000, passou a integrar à LDO, dois anexos: o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Objetivos Fiscais.
- e) A LDO antecipa o orçamento anual, com todas suas implicações alocativas e tributárias, e ainda fixa o programa das instituições financeiras da União.

13- De acordo com a metodologia de planejamento das ações de governo do PPA 2004-2007, indique a única opção falsa.

- a) O governo manteve a metodologia instituída em 2000, inovando na condução do processo de planejamento, incorporando participação e discussão com a sociedade organizada.
- b) Em termos da estrutura, os macroobjetivos do PPA 2000-2003 foram substituídos pelos megaobjetivos.
- c) Os megaobjetivos e desafios que integram a Orientação Estratégica de Governo deverão ser mensurados por um conjunto de macroindicadores capazes de orientar o Governo no nível mais estratégico.
- d) A elaboração do Projeto da LDO e do Projeto da LOA são eventos importantes para a implementação do Plano, pois o PPA é implementado por meio da elaboração anual do Orçamento.
- e) A partir dos desafios, foram definidos programas e ações, compostos de projetos e atividades.

14-Para o Governo operacionalizar o processo de alocação de recursos da gestão pública ele se utiliza do ciclo da gestão, que se divide em etapas. A etapa em que os atos e fatos são praticados na Administração Pública para implementação da ação governamental, e na qual ocorre o processo de operacionalização objetiva e concreta de uma política pública denomina-se

- a) planejamento.
- b) execução.
- c) programação.
- d) orçamentação.
- e) controle.

15-A forma de organização do orçamento federal vem sofrendo alterações ao longo das últimas décadas e novas características vêm sendo incorporadas, de acordo com a necessidade de considerar determinados propósitos, de modo que atualmente o orçamento atende simultaneamente a vários fins. Identifique qual opção não corresponde a tais alterações.

- a) O controle dos gastos, uma vez que o orçamento deve ser um instrumento de proteção contra os abusos dos administradores.
- b) A gestão de recursos, devendo o orçamento especificar com clareza os projetos e atividades de modo a possibilitar os administradores dos órgãos públicos orientação efetiva, e a sociedade o conhecimento amplo quanto às tarefas desenvolvidas.
- c) O controle das receitas, com ênfase na especificação das ações orçamentárias, patrimoniais, produtos e metas físicas.
- d) O planejamento, que no orçamento deve ser um instrumento de implementação do plano de médio prazo do Governo.
- e) A administração macroeconômica uma vez que o orçamento deve ser também um instrumento para controlar as receitas e despesas agregadas, de modo a possibilitar o alcance dos objetivos de inflação baixa e desemprego.

16-A classificação institucional da despesa é um critério indispensável para a fixação de responsabilidades e os conseqüentes controles e avaliações. Aponte a única opção que não pode ser considerada vantagem do critério institucional.

- a) Permite comparar imediatamente os vários órgãos, em termos de dotações recebidas.
- b) Usado de forma predominante, impede que se tenha uma visão global das finalidades dos gastos do governo, em termos das funções precípua que deve cumprir.
- c) Permite identificar o agente responsável pelas dotações autorizadas pelo Legislativo, para dado programa.
- d) Serve como ponto de partida para o estabelecimento de um programa de contabilização de custos dos vários serviços ou unidades administrativas.
- e) Quando combinado com a classificação funcional, permite focalizar num único ponto a responsabilidade pela execução de determinado programa.

17- A receita pública flui para os cofres públicos dentro de uma sistemática evolutiva, tendo em vista a seqüência operacional de que resulta seu recebimento. Com relação ao estágio da receita denominado arrecadação, assinale a opção falsa.

- a) A arrecadação é o ato pelo qual o Estado recebe os tributos, multas e demais créditos a ele devidos.
- b) Os agentes da arrecadação podem ser agentes públicos e agentes privados.

- c) A arrecadação direta é realizada pelo próprio Estado ou por agentes credenciados.
- d) Na arrecadação por via bancária, o Estado credencia os estabelecimentos bancários para receber os tributos e outras receitas.
- e) Na arrecadação por coleta, o contribuinte comparece às repartições fiscais para efetuar o pagamento das obrigações fiscais.

18- Na execução orçamentária e financeira, as decisões e as escolhas expressas na lei orçamentária assumem natureza financeira na forma de fluxos de recursos que entram e saem do Tesouro governamental. Com relação à execução da despesa não se pode dizer que

- a) a lei orçamentária é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações.
- b) no âmbito do orçamento federal brasileiro, a partir do exercício de 2000, o crédito orçamentário individualizado compreende o seguinte conjunto de categorias classificatórias presentes na lei orçamentária: Grupo de Despesa, Identificador de Uso, Fonte de Recursos, Modalidade de Aplicação, Categoria Econômica, Subtítulo, Projeto ou Atividade ou Operação Especial, Programa, Função, Unidade Orçamentária e Órgão.
- c) após a observância do processo licitatório, a despesa orçamentária será efetivada por meio do cumprimento de três estágios: empenho, subempenho e liquidação.
- d) a norma brasileira determina que o Poder Executivo, no prazo de até 30 dias após a publicação da lei orçamentária, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolsos.
- e) A realização das despesas no âmbito da administração pública, particularmente com a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, depende do cumprimento das regras de licitação.

## AUDITORIA

19- Na Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000, enfatiza-se a transparência como condição para o controle social das ações dos governos, a fim de que os contribuintes tomem consciência do uso que os administradores públicos dão aos recursos extraídos da tributação. Entre as normas estabelecidas pela LRF aponte a opção errada.

- a) Limites para gastos com pessoal – a remuneração dos servidores não deve ultrapassar a 60% das receitas líquidas correntes.
- b) Limites para o endividamento – o Senado pode aprovar uma revisão dos limites atuais proposta pelo Presidente da República.
- c) Metas fiscais anuais – o planejamento orçamentário deve estabelecer metas fiscais para três anos consecutivos.
- d) Provisão para despesas correntes – as autoridades públicas não podem tomar medidas que criem despesas futuras que durem mais de dois anos sem apontar para uma fonte de financiamento ou um corte compensatório em outros gastos.
- e) Provisão especial para os anos eleitorais – a lei proíbe que os governadores e prefeitos nos dois últimos anos do mandato antecipem receitas tributárias por meio de empréstimo de curto prazo, concedam aumento de salários e contratem novos servidores públicos.

20- A Portaria n. 42/99 atualizou a discriminação de despesas por funções e estabeleceu os conceitos de função, programa, projeto, atividade e operações especiais. Com base na referida lei, identifique a Função que corresponde à Subfunção.

- a) Função Defesa Nacional: Subfunção Informação e Inteligência.
- b) Função Previdência Social: Subfunção Assistência ao Idoso.
- c) Função Saúde: Subfunção Alimentação e Nutrição.
- d) Função Agricultura: Subfunção Reforma Agrária.
- e) Função Administração: Subfunção Transferências.

21- O Parecer de Auditoria é o instrumento por meio do qual o auditor independente comunica sua conclusão acerca das demonstrações contábeis de uma entidade, tendo caráter comparativo às demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior. Sobre o Parecer em comento, assinale a opção incorreta.

- a) A responsabilidade sobre a preparação e o conteúdo das demonstrações contábeis é do auditor independente.
- b) A opinião expressada pelo auditor independente deve ser obrigatoriamente clara e objetiva.
- c) De maneira geral, o Parecer é destinado à diretoria da entidade, seu conselho de administração e/ou a seus acionistas.
- d) A data do Parecer deve corresponder à data da conclusão dos trabalhos na entidade auditada.
- e) O Parecer deve ser assinado por profissional com registro cadastral no Conselho Regional de Contabilidade.

22- Segundo as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, o auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter a custódia dos papéis de trabalho

- a) pelo prazo de cinco anos, a partir da data de emissão do seu parecer.
- b) pelo prazo de três anos, a partir da data de emissão do seu parecer.
- c) pelo prazo de cinco anos, a partir da data de finalização da auditoria.
- d) pelo prazo de três anos, a partir da data de finalização da auditoria.
- e) pelo prazo de dois anos, a partir da data de finalização da auditoria.

23- Ao tratar da independência, as Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Independente definem “entidade relacionada” como aquela que possui uma das seguintes relações com a entidade auditada, exceto a

- a) entidade que tem controle direto ou indireto sobre a entidade auditada, desde que a entidade auditada seja relevante para essa entidade.
- b) entidade com interesse financeiro direto na entidade auditada, qualquer que seja a significância desse interesse financeiro na entidade auditada.
- c) entidade sobre a qual a entidade auditada tenha controle direto ou indireto.
- d) entidade na qual a entidade auditada, ou uma entidade a esta relacionada, tenha um interesse financeiro direto que lhe proporcione influência significativa, ou seja, preponderância nas deliberações sociais, sobre essa entidade e o interesse seja relevante para a entidade auditada e sua entidade relacionada.
- e) entidade sob controle comum ao da entidade auditada desde que essa entidade e a entidade auditada sejam, ambas, relevantes para a entidade controladora.

24- Ao planejar e determinar a amostra de auditoria, o auditor independente deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- a) os objetivos específicos da auditoria.
- b) a população da qual se deseja extrair a amostra.
- c) a estratificação da população.
- d) a necessidade de comprovar que as demonstrações financeiras auditadas estão corretas.
- e) o risco da amostragem.

25- Como objetivo do Planejamento da Auditoria não se pode incluir:

- a) obter conhecimento das atividades da entidade, para identificar eventos e transações relevantes que afetem as Demonstrações Contábeis.
- b) propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos previamente estabelecidos.
- c) assegurar que as áreas importantes da entidade e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida.
- d) identificar meios para aumento dos lucros da entidade.
- e) identificar a legislação aplicável à entidade.

26- Quando for realizada uma auditoria, pela primeira vez, na entidade, ou quando as Demonstrações Contábeis do exercício anterior tenham sido examinadas por outro auditor independente, o planejamento da auditoria deve contemplar os seguintes procedimentos, exceto:

- a) a obtenção de evidências suficientes de que os saldos de abertura do exercício não contenham representações errôneas ou inconsistentes que, de alguma maneira, distorçam as Demonstrações Contábeis do exercício atual.
- b) o exame da adequação dos saldos de abertura do exercício anterior com os saldos de encerramento do exercício atual.
- c) a verificação se as práticas contábeis adotadas no atual exercício são uniformes com as adotadas no exercício anterior.
- d) a identificação de fatos relevantes que possam afetar as atividades da entidade e sua situação patrimonial e financeira.
- e) a identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior, revelados ou não-revelados.

27- Os Papéis de Trabalho são a base física da documentação das atividades de auditoria e fiscalização. Neles são registrados dados da unidade/entidade auditada ou do programa fiscalizado, fatos e informações obtidas, as etapas preliminares e o trabalho efetuado pela equipe responsável, bem como suas conclusões sobre os exames realizados. Entre suas finalidades, excetua-se a de

- a) auxiliar na execução dos exames.
- b) servir de prova processual junto ao TCU.
- c) evidenciar o trabalho feito e as conclusões emitidas.
- d) servir de suporte aos relatórios.
- e) constituir um registro que possibilite consultas posteriores, a fim de se obter detalhes relacionados com a atividade de controle realizada.

28- Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, acerca dos procedimentos da auditoria interna, assinale a afirmação incorreta.

- a) Os procedimentos de auditoria interna são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.
- b) Os testes de observância visam a obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da Entidade.
- c) Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da Entidade.
- d) As informações que fundamentam os resultados da auditoria interna são denominadas de 'evidências', que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e recomendações.
- e) O termo 'fraude' aplica-se a atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da Entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

29- Nos termos da Lei n. 8.443/92, as contas dos administradores e responsáveis por bens e dinheiros públicos serão anualmente submetidas a julgamento do Tribunal de Contas da União sob a forma de:

- a) tomada ou de prestação de contas.
- b) auditoria ou de fiscalização.
- c) parecer regular, regular com ressalva ou irregular.
- d) parecer pleno, restritivo ou irregular.
- e) processo executivo.

30- Para os efeitos da Instrução Normativa TCU n. 47/2004, constituem unidades jurisdicionadas ao Tribunal de Contas da União, exceto:

- a) os órgãos e entidades da administração federal direta, indireta e fundacional, incluídas as empresas controladas direta ou indiretamente pela União.
- b) o Ministério Público da União.
- c) os conselhos de fiscalização das profissões liberais.
- d) as entidades privadas que tenham firmado contrato de gestão com a administração pública federal e em razão desse contrato recebam recursos orçamentários da União.
- e) as entidades privadas que tenham firmado contrato de empréstimo junto aos órgãos oficiais de fomento.

31- O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes finalidades, exceto:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- c) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- e) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

32- Como técnica(s) de trabalho, para a consecução de suas finalidades, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal utiliza

- a) a tomada e a prestação de contas.
- b) a tomada de contas especial.
- c) a auditoria e a fiscalização.
- d) a amostragem e a denúncia.
- e) a circularização.

33- O planejamento das ações de controle adotado no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal divide-se em quatro grandes tópicos, com a seguinte estrutura, exceto:

- a) Orçamento Global do Ministério.
- b) Hierarquização.
- c) Programas e Programações sob controle.
- d) Ações sob controle.
- e) Agenda Política do Ministério.

34- No decorrer dos exames, o documento destinado a dar ciência ao gestor/administrador da área examinada, das impropriedades ou irregularidades constatadas ou apuradas no desenvolvimento dos trabalhos, com a finalidade de obter a manifestação dos agentes sobre fatos que resultaram em prejuízo à Fazenda Nacional ou de outras situações que necessitem de esclarecimentos formais chama-se

- a) Nota.
- b) Solicitação de Auditoria.
- c) Relatório.
- d) Certificado.
- e) Parecer.

35- Nos termos da Instrução Normativa n. 001/2001, da Secretaria Federal de Controle, a Auditoria Governamental direta pode assumir as seguintes formas:

- a) centralizada, descentralizada e integrada.
- b) simplificada, compartilhada e terceirizada.
- c) concentrada, simplificada e difusa.
- d) concentrada, desconcentrada e delegada.
- e) simplificada, compartilhada e desconcentrada.

36- Assinale a opção que indica uma Técnica de Auditoria corretamente definida.

- a) Indagação Escrita ou Oral – exame de processos, atos formalizados e documentos avulsos.
- b) Análise Documental – uso de entrevistas e questionários junto ao pessoal da unidade/entidade auditada, para a obtenção de dados e informações.
- c) Confirmação Externa – verificação, junto a fontes externas ao auditado, da fidedignidade das informações obtidas internamente.
- d) Exame dos Registros – cotejamento de informações obtidas de fontes independentes, autônomas e distintas, no interior da própria organização. Essa técnica procura a consistência mútua entre diferentes amostras de evidência.
- e) Correlação das Informações Obtidas – verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados. A técnica pressupõe a verificação desses registros em todas as suas formas.

37- De acordo com a IN SFC/MF n. 01/2001, assinale a opção que apresenta uma classificação de auditoria incorreta.

- a) Auditoria contábil.
- b) Auditoria de avaliação da gestão.
- c) Auditoria de acompanhamento da gestão.
- d) Auditoria financeira.
- e) Auditoria especial.



## CONTABILIDADE GERAL

38- Como conjunto de regras, diretrizes e sistemas, os princípios de Controle Interno Administrativo visam ao atingimento, entre outros, dos seguintes objetivos específicos, exceto:

- a) Segregação de funções.
- b) Delegação de poderes.
- c) Controle sobre as transações.
- d) Política salarial diferenciada para os auditores.
- e) Aderência a diretrizes e normas legais.

39- Acerca das normas relativas à audiência do auditado, assinale a opção incorreta.

- a) Os servidores designados para a realização dos trabalhos de auditoria deverão, obrigatoriamente, durante os trabalhos de campo, dar conhecimento das ocorrências identificadas aos responsáveis pelas áreas auditadas.
- b) Concluídos os trabalhos de campo, após os esclarecimentos apresentados pelas áreas auditadas, o titular do órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal responsável pela realização da auditoria dará conhecimento formal do Relatório prévio ao dirigente máximo da unidade/ entidade auditada.
- c) Os relatórios de auditoria a serem elaborados na etapa posterior à dos trabalhos de campo, deverão evidenciar as manifestações ou justificativas apresentadas pelos gestores/dirigentes.
- d) Na hipótese de o órgão ou entidade auditada não encaminhar, nos prazos previstos, a manifestação a que se refere o item anterior, o órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, responsável pela realização da auditoria, consignará no relatório, certificado de auditoria e parecer do dirigente, que o órgão ou entidade auditada não exerceu o direito de resposta.
- e) Emitido o relatório, o certificado de auditoria e o parecer do dirigente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, com o posicionamento final, a unidade de controle interno remeterá o processo ao Tribunal de Contas da União.

40- Na emissão do Relatório de Auditoria realizada com base no processo de Tomada e Prestação de Contas do órgão ou entidades examinadas, é necessário que se atenda aos seguintes requisitos, exceto:

- a) identificar o número do processo, o período examinado e a unidade ou entidade examinada.
- b) indicar as normas que instruem o processo de Tomada ou Prestação de Contas.
- c) identificar o passivo trabalhista do órgão ou entidade examinada.
- d) definir o objetivo da auditoria e identificar as demonstrações financeiras examinadas, no caso de auditoria contábil.
- e) declarar ter o exame sido efetuado por amostragem, na extensão julgada necessária e de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

41- Pedro Miguel da Silva e Márcio Elias são proprietários de pequena indústria de laticínios e utilizam dois veículos em sua atividade, sendo um, no valor de R\$ 15.000,00, em nome da empresa e outro, no valor de R\$ 18.000,00, em nome de Pedro Miguel que por ele recebe da empresa o aluguel mensal de R\$ 500,00.

A empresa adota estimativa de cinco anos de vida útil para veículos e contabiliza depreciação mensal pelo método linear, embora as condições citadas já perdurem desde o exercício de 2004.

Em 31 de dezembro de 2005, se tiver observado o Princípio Contábil da Entidade, a empresa deverá ter contabilizado no exercício de 2005 despesas de depreciação no valor de

- a) R\$ 3.000,00.
- b) R\$ 4.200,00.
- c) R\$ 6.600,00.
- d) R\$ 7.800,00.
- e) R\$ 9.000,00.

42 -Assinale abaixo a afirmativa correta.

Em relação ao mecanismo de débito e crédito pode-se dizer que a Contabilidade determina que sejam

- a) **debitadas** as entradas de ativo, as saídas de passivo e os pagamentos de despesas e **creditadas** as entradas de passivo, as saídas de ativo e os recebimentos de receitas.
- b) **debitadas** todas as entradas e **creditadas** todas as saídas de valores contábeis.
- c) **debitadas** todas as aplicações de recursos e **creditadas** todas as origens de recursos.
- d) **debitados** os pagamentos e perdas e **creditados** os recebimentos e ganhos.
- e) **debitadas** as entradas de ativo, as saídas de passivo e as ocorrências de despesas e **creditadas** as entradas de passivo, as saídas de ativo e as variações da situação líquida.

43- A empresa Xestereo S/A apresentou a seguinte movimentação de mercadorias, isentas de tributação, referente à última semana do mês de outubro:

Estoque de mercadorias em 23/10	50 unidades a R\$ 8,00
1ª compra realizada em 24/10	50 unidades a R\$ 10,00
2ª compra realizada em 28/10	50 unidades a R\$ 12,00
1ª venda realizada em 25/10	50 unidades a R\$ 14,00
2ª venda realizada em 30/10	50 unidades a R\$ 16,00

Considerando os dados fornecidos acima, pode-se dizer que, se for utilizado o critério de avaliação conhecido como preço médio, o estoque final de mercadorias terá o valor de

- R\$ 400,00.
- R\$ 450,00.
- R\$ 500,00.
- R\$ 525,00.
- R\$ 600,00.

44- O único Jeep da empresa Vásculo Ltda., foi adquirido há algum tempo, por R\$ 2.000,00 e vem sendo usado ininterruptamente, desde então, com um nível de desgaste físico estimado em 20% ao ano. Se a empresa tem contabilizado essa depreciação, levando em conta o valor residual de 10% e sabendo-se que ainda resta ao veículo uma vida útil de quatro anos e três meses, pode-se dizer que o valor contábil atual desse veículo é de

- R\$ 2.000,00.
- R\$ 1.730,00.
- R\$ 1.700,00.
- R\$ 1.640,00.
- R\$ 1.530,00.

45- Ao contabilizar o pagamento de uma dívida já vencida no valor de R\$8.000,00, efetuado com juros moratórios de 11%, o Contador deverá realizar o seguinte lançamento:

- |                        |               |           |
|------------------------|---------------|-----------|
| Bancos conta Movimento |               |           |
| a Diversos             |               |           |
| a Fornecedores         | 8.000,00      |           |
| a Juros Passivos       | <u>880,00</u> | 8.880,00. |
- |                          |               |           |
|--------------------------|---------------|-----------|
| Diversos                 |               |           |
| a Bancos conta Movimento |               |           |
| Fornecedores             | 8.000,00      |           |
| Juros Passivos           | <u>880,00</u> | 8.880,00. |
- |                          |               |           |
|--------------------------|---------------|-----------|
| Fornecedores             |               |           |
| a Diversos               |               |           |
| a Bancos conta Movimento | 8.000,00      |           |
| a Juros Passivos         | <u>880,00</u> | 8.880,00. |

- |                        |               |           |
|------------------------|---------------|-----------|
| Bancos conta Movimento |               |           |
| a Diversos             |               |           |
| a Fornecedores         | 7.120,00      |           |
| a Juros Passivos       | <u>880,00</u> | 8.000,00. |
- |                          |               |           |
|--------------------------|---------------|-----------|
| Diversos                 |               |           |
| a Bancos conta Movimento |               |           |
| Fornecedores             | 7.120,00      |           |
| Juros Passivos           | <u>880,00</u> | 8.000,00. |

46- A firma Comercial Elementicius S/A praticou negociação de vendas no valor de R\$ 280.000,00 oferecendo descontos de 5% nas duplicatas pagas até 30 dias; 6% de desconto na nota fiscal no ato de venda; e ICMS à alíquota de 17%, mas sem incidências de PIS, CONFINS ou qualquer outra tributação.

Ao registrar a transação que confirmou a concessão do desconto financeiro no pagamento da duplicata, a empresa deverá debitar uma despesa no valor de

- R\$ 10.780,00.
- R\$ 10.922,80.
- R\$ 11.620,00.
- R\$ 13.160,00.
- R\$ 14.000,00.

47- A empresa Yazimonte Industrial S/A levantou os seguintes saldos para o balancete de 31/12/2005:

Aluguéis Ativos	R\$ 500,00
Caixa	R\$ 1.800,00
Capital a Realizar	R\$ 2.000,00
Capital Social	R\$ 18.000,00
Clientes	R\$ 5.400,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 2.500,00
Depreciação	R\$ 1.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 3.000,00
Despesas a Vencer	R\$ 200,00
Fornecedores	R\$ 9.000,00
Juros Passivos	R\$ 800,00
Mercadorias	R\$ 4.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 8.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 600,00
Prov. p/Créd. de Liquid. Duvidosa	R\$ 600,00
Provisão para IR e CSLL	R\$ 1.000,00
Receitas a Receber	R\$ 300,00
Receitas de Vendas	R\$ 6.000,00
Salários	R\$ 1.500,00
Veículos	R\$ 10.000,00

Fazendo a correta classificação das contas acima, certamente, vamos encontrar saldos devedores no valor de

- R\$ 31.900,00.
- R\$ 32.500,00.
- R\$ 38.100,00.
- R\$ 38.400,00.
- R\$ 39.200,00.



48- A empresa Zazimute Comercial S/A, com patrimônio líquido de R\$ 800.000,00, obteve, no exercício de 2005, um lucro líquido de R\$ 250.000,00. Na distribuição desse lucro foram contabilizadas provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido, no valor de R\$ 50.000,00, participação estatutária de empregados, no valor de R\$ 10.000,00, reserva legal no valor de R\$ 8.000,00, além de participação estatutária de 10% para administradores e reserva estatutária também de 10%.

Após a contabilização nos termos indicados, pode-se dizer que o lucro remanescente desse exercício, transferido para a conta patrimonial Lucros Acumulados, teve o valor de

- a) R\$ 171.000,00.
- b) R\$ 170.000,00.
- c) R\$ 146.700,00.
- d) R\$ 145.900,00.
- e) R\$ 145.000,00.

49- A empresa Comércio Operacional S/A apresenta os seguintes valores, em 31/12/2005:

<b>Contas</b>	<b>saldos</b>
Bancos conta Movimento	R\$100.000,00
Fornecedores	R\$170.000,00
Mercadorias em Estoque	R\$180.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 30.000,00
Títulos a Receber	R\$300.000,00
Títulos a Pagar	R\$210.000,00
Investimentos	R\$ 80.000,00
Capital Social	R\$300.000,00
Ativo Imobilizado	R\$220.000,00
Reservas de Lucro	R\$ 75.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 45.000,00

Observações:

- 1 - dos títulos a pagar, R\$ 25.000,00 venceram em 2005, R\$ 115.000,00 vencerão em 2006 e R\$70.000,00 vencerão em 2007;
- 2 - dos títulos a receber, R\$ 45.000,00 venceram em 2005, R\$ 195.000,00 vencerão em 2006 e R\$ 60.000,00 vencerão em 2007;
- 3 - dos títulos a vencer em 2006, R\$ 50.000,00 acham-se descontados em bancos.

A análise contábil do balanço patrimonial originário das contas e saldos evidencia um quociente de liquidez seca ou *acid test* de

- a) 1,38.
- b) 1,15.
- c) 1,00.
- d) 0,87.
- e) 0,85.

Área para rascunho



50-A firma Special Comércio S/A é titular das contas abaixo relacionadas, apresentadas no livro Razão, em 31 de dezembro de 2005 antes da apuração do resultado do exercício:

Caixa	R\$ 100,00
Contas a Receber	R\$ 3.680,00
Mercadorias	R\$ 400,00
Fornecedores	R\$ 5.160,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.500,00
Depreciação Acumulada	R\$ 280,00
Terrenos	R\$ 3.400,00
Empréstimos longo prazo	R\$ 2.400,00
Capital Social	R\$ 1.260,00
Lucros Acumulados	R\$ 100,00
Vendas de Mercadorias	R\$19.600,00
Despesas Administrativas e Gerais	R\$ 2.000,00
Despesas Comerciais	R\$ 1.800,00
Depreciação	R\$ 120,00
Despesas Financeiras	R\$ 800,00
Compras de Mercadorias	R\$15.000,00

Observações:

- 1- o estoque final foi avaliado em R\$1.400,00;
- 2- considerar o ano comercial;
- 3- desconsiderar quaisquer implicações de ordem fiscal ou tributária;
- 4- o débito inicial de clientes era de R\$1.120,00 e o crédito de fornecedores era de R\$ 2.840,00;
- 5- no período, a empresa operou a prazo 3/4 do movimento de vendas e 2/3 do movimento de compras.

A análise contábil a que foi submetida a empresa, no período, evidenciou quociente de

- a) lucratividade de 5%.
- b) endividamento de 52,65%.
- c) solvência de 77,14%.
- d) rotação no pagamento das dívidas de 187 dias.
- e) liquidez geral de 68,52%.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

51- A respeito do campo de aplicação da contabilidade pública é correto afirmar que

- a) as autarquias públicas, em razão da sua autonomia administrativa e financeira, podem deixar de aplicar as regras da contabilidade pública.
- b) as empresas estatais que tiverem recursos consignados no Orçamento Fiscal para o seu aumento de capital devem seguir as regras aplicadas à contabilidade pública.
- c) uma empresa pública cujos recursos para pagamento de pessoal e outros custeios são oriundos do Orçamento Geral da União está obrigada a seguir as regras de contabilidade pública.
- d) desde que autorizado pelo Órgão Central de Contabilidade do Sistema de Contabilidade Federal, qualquer ente pertencente à administração indireta poderá deixar de aplicar as regras de contabilidade pública.
- e) todos os bens e direitos públicos indistintamente são objeto de registro pela contabilidade pública.

52- Com base nas disposições da Lei n. 4.320/64 sobre a contabilidade dos entes públicos, julgue os itens a seguir – verdadeiro (V) ou falso (F), e assinale a opção que indica a seqüência correta.

- ( ) É função da contabilidade dos entes públicos evidenciar os fatos ligados à administração financeira, orçamentária, patrimonial e industrial.
- ( ) As tomadas de contas dos agentes responsáveis por bens e dinheiros públicos serão realizadas pelos órgãos de contabilidade, ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
- ( ) A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública somente a situação dos que arrecadem receitas e efetuem despesas.
- ( ) Os registros dos bens móveis e imóveis devem ser realizados de forma analítica.
- ( ) É obrigatório que a contabilidade evidencie o montante das dotações disponíveis.

- a) F,V,F,V,V
- b) V,V,F,F,V
- c) V,F,V,V,V
- d) V,V,F,V,V
- e) F,F,V,V,F

53- Um dos resultados da aplicação do princípio contábil da entidade no setor público é a possibilidade de se delimitar com precisão o patrimônio de um determinado ente público. Assinale a opção em que o ente não é uma entidade contábil segundo as regras praticadas na contabilidade federal.

- a) Programa de governo.
- b) Unidade gestora/Gestão.
- c) Órgão.
- d) Gestão, embora o seu uso esteja em extinção.
- e) União.

54- Assinale a opção falsa em relação às variações patrimoniais passivas.

- a) A despesa orçamentária integra as variações passivas.
- b) A contrapartida de uma baixa do ativo que se tornou inservível é uma conta de variações passivas.
- c) Mutações integram as variações passivas e se referem aos lançamentos permutativos.
- d) Integram as variações passivas a conta de contrapartida do passivo em razão do registro de depósito de terceiros.
- e) O registro da doação de um bem imóvel afeta as variações passivas na entidade doadora.

55- Assinale a opção correta em relação às variações ativas orçamentárias.

- a) O recebimento de receita relativa aos créditos inscritos em dívida ativa não afeta as variações ativas orçamentárias.
- b) O recebimento de transferência financeira para o pagamento de restos a pagar afeta as variações ativas orçamentárias no ente recebedor dos recursos.
- c) A cota financeira recebida do órgão central de programação financeira é registrada nas variações ativas orçamentárias como interferências ativas.
- d) A aquisição de material de consumo, bem como de móveis e imóveis não afeta as variações patrimoniais ativas por se tratar de fatos permutativos do patrimônio.
- e) O montante das variações ativas é sempre igual ao montante das receitas orçamentárias.

56- Em relação aos registros contábeis, a transferência de um bem móvel entre unidades gestoras do mesmo órgão provoca

- a) interferência ativa extraorçamentária na unidade destinatária do bem.
- b) mutação ativa na unidade destinatária e mutação passiva na unidade transferidora.
- c) acréscimo patrimonial na unidade destinatária e decréscimo patrimonial na unidade transferidora.
- d) despesa orçamentária na unidade transferidora e receita orçamentária na receptora.
- e) não é necessário realizar lançamentos contábeis uma vez que as unidades gestoras pertencem ao mesmo órgão.

57- Sobre o Plano de Contas Único da Administração Federal hoje utilizado pelo Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi é correto afirmar, exceto que

- a) as contas podem ser detalhadas por identificadores denominados conta-corrente.
- b) o plano está estruturado em seis classes de contas numeradas de 1 (um) a 6 (seis) sendo que as ímpares apresentam saldo de natureza devedor e as pares, saldo de natureza credor.
- c) as contas de resultado são integradas pelas classes de 3 (três) a 6 (seis).
- d) os subgrupos 1.9.1 e 2.9.1 possuem as contas destinadas ao controle da execução orçamentária da receita.
- e) as contas que apresentam no início do título o sinal “=” são retificadoras e apresentam saldo contrário à natureza da classe a qual pertencem.

58- Uma das formas de transferência voluntária de recursos da União para Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos é o instrumento convênios. Assinale a seguir a opção correta em relação à contabilização desse tipo de transferência.

- a) É mantido controle contábil dos montantes liberados e das prestações de contas a realizar e realizadas nos grupos *compensado* do ativo e do passivo.
- b) As contas destinadas ao controle de transferências voluntárias estão no *passivo compensado*.
- c) As prestações de contas não realizadas pelos convenientes constituem créditos da União desde o momento da liberação dos recursos.
- d) Além de registro no *ativo compensado*, as parcelas liberadas são contabilizadas como créditos no *disponível* da instituição concedente.
- e) Instaurada a Tomada de Contas Especial, o Tribunal de Contas da União determina a constituição do crédito contra o conveniente.

59- A respeito do controle contábil de restos a pagar é correto afirmar que

- a) os restos a pagar processados são registrados em uma única conta do passivo.
- b) é realizado controle dos restos a pagar por empenho no ativo e passivo compensado.
- c) os restos a pagar não processados figuram no passivo da entidade em contas separadas para as despesas correntes e despesas de capital.
- d) o cancelamento de restos a pagar não processados não provoca alteração na situação patrimonial do ente público.
- e) o pagamento de restos a pagar processados não implica na realização de controle no passivo compensado.

60- Assinale a opção falsa a respeito da contabilização *Diversos Responsáveis* nos entes pertencentes à administração federal.

- a) Os créditos são apurados mediante tomada de contas especial instaurada pelo órgão de contabilidade ou determinada pelo Tribunal de Contas da União.
- b) Mesmo antes da conclusão da apuração do débito, ocorre o registro do valor estimado do crédito em contas do ativo e passivo compensado.
- c) A baixa dos créditos do ativo ocorre pelo pagamento ou depois de decorridos cinco anos da inscrição.
- d) Após conclusão da tomada de contas especial, se apurada a certeza do crédito, os valores registrados no ativo e passivo compensados são transferidos para contas do circulante.
- e) Os valores podem sofrer atualização monetária durante o período em que permanecer inscrito.

61- O sistema de contas contábeis em que está estruturado o Plano de Contas Único da Administração Federal tem, como principal finalidade,

- a) organizar as contas em classes para facilitar a escrituração contábil dos principais atos e fatos praticados pelos gestores públicos.
- b) facilitar a elaboração e leitura do balancete mensal das unidades gestoras.
- c) proporcionar uma melhor forma de se entender o Plano de Contas.
- d) organizar o Plano de Contas Único em grupos e subgrupos de contas de forma a facilitar o registro dos atos e fatos objeto da contabilidade e orientar a elaboração das demonstrações contábeis.
- e) organizar o Plano de Contas Único de forma a facilitar o registro dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e o controle do patrimônio e permitir a elaboração das demonstrações contábeis determinadas pela Lei n. 4.320/64.

62- Sendo a Tabela de Eventos o instrumento utilizado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi para realizar a escrituração contábil das transações realizadas por intermédio do sistema, assinale a opção falsa em relação a esse instrumento.

- a) Associado a cada evento existe conjunto de contas que receberão os lançamentos quando da contabilização do documento.
- b) Os eventos estão agrupados em classes segundo a natureza dos atos e fatos a que se relacionam.
- c) Os eventos de algumas classes necessitam ser combinados entre si para permitir que os lançamentos a débito e a crédito fiquem completos.
- d) A classe 40 é composta pelos eventos relacionados com a movimentação de créditos entre unidades gestoras.
- e) Todo documento emitido no sistema está relacionado a um ou mais eventos.

63- Assinale a opção correta em relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

- a) As autarquias públicas federais estão dispensadas de utilizá-lo desde que possuam sistema informatizado que possa integrar-se com o Siafi.
- b) *Nota de Lançamento* é um documento do sistema e tem como finalidade proporcionar a descentralização de créditos entre unidades gestoras.
- c) *Ordem Bancária* é o documento utilizado pelo sistema para a realização de pagamentos aos fornecedores, bem como das despesas com pessoal.
- d) O uso do sistema na forma *online* implica na realização de todos os procedimentos contábeis por intermédio do sistema.
- e) A forma de autenticação de usuários é realizada por meio de assinatura digital.

64- Assinale a opção correta a respeito do controle contábil das descentralizações de créditos realizadas no âmbito federal.

- a) A descentralização de crédito implica automática transferência financeira dos recursos.
- b) A descentralização interna e a externa de crédito recebem o mesmo tratamento contábil.
- c) A contabilização na unidade destinatária dos créditos depende de ação dessa unidade, uma vez que, ao ser emitido o documento de descentralização, o crédito permanece em conta transitória.
- d) Na unidade destinatária do crédito, a contrapartida da conta *provisão recebida* do ativo compensado é a conta *crédito disponível* do passivo compensado.
- e) Na unidade gestora descentralizadora dos créditos ocorre um decréscimo patrimonial.

65- Assinale a opção correta a respeito da previsão da receita, execução, fixação da despesa e execução da despesa.

- a) O controle da execução da receita dá-se nas contas do ativo compensado.
- b) A conta que demonstra o montante do crédito disponível pertence ao ativo compensado.
- c) Os créditos executados por funcional programática são demonstrados na classe 3 (três).
- d) A cada débito em uma conta de controle da receita no ativo corresponde a um crédito em uma conta de controle do passivo.
- e) O montante dos ingressos extraorçamentários é demonstrado no ativo compensado.

66- Assinale a opção falsa a respeito do *Balancete Mensal* que pode ser extraído do sistema Siafi.

- a) Pode ser emitido/consultado de forma sintética ou analítica.
- b) As contas podem ser listadas segundo os tipos de saldo que apresentam.
- c) Uma das formas de verificar o seu *fechamento* é observar se a soma dos saldos credores é igual à soma dos saldos devedores.
- d) Pode ser emitido *balancete* tanto de unidade gestora como de órgãos.
- e) Não é possível detalhar as contas por conta-corrente, quando esta é utilizada.

67- Observe o *Balanço Orçamentário* hipotético em que faltam alguns dados e assinale a opção correta.

Receita	Prev.	Real	Despesa	Prev.	Real.
Receitas correntes			Créditos orçam. e Suplementares		
Receita de serviços	700	530	Despesas correntes		
			Pessoal	200	200
Receitas de capital			Outras despesas correntes	400	290
Alienação de bens	190	200	Despesa de capital		
			Investimentos	210	200
Déficit	....	....	Superávit	...	....
Totais	....	.....		...	....

- a) O déficit corrente foi de 170 unidades monetárias.
- b) A entidade apresentou superávit total no montante de 40 unidades monetárias.
- c) O superávit de capital foi de 10 unidades monetárias.
- d) O excesso de arrecadação verificado em receitas de capital é considerado receita extraorçamentária.
- e) Não houve superávit corrente que poderia ser aplicado em investimentos.



68- O *Relatório de Gestão Fiscal* instituído pelo art. 54 da Lei Complementar n. 101/2000 conterà, exceto:

- a) o montante da despesa com pessoal comparada com os limites estabelecidos na lei.
- b) o montante dos investimentos realizados no último quadrimestre.
- c) o total da dívida consolidada e mobiliária.
- d) o total das operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas.
- e) indicação de medidas corretivas quando os limites definidos na lei forem ultrapassados.

69- O Balanço Patrimonial de que trata o art. 105 da Lei n. 4.320/64 demonstra os bens, os direitos e as obrigações dos entes públicos classificados em financeiros e não-financeiros. Assinale a seguir a opção falsa a respeito dessa demonstração contábil, considerando a estrutura atual do balanço na esfera federal.

- a) Estoque de material para consumo imediato pertence ao *ativo financeiro*.
- b) O *ativo real* é a soma do *ativo financeiro* com o *ativo não-financeiro*.
- c) A diferença entre *ativo financeiro* e *passivo financeiro*, se positiva, pode ser utilizada como fonte de recursos para créditos suplementares.
- d) Avais concedidos integram o *ativo compensado*.
- e) As contas de controle da execução orçamentária não são demonstradas no Balanço Patrimonial.

70- Com base nos dados abaixo extraídos de uma Demonstração das Variações Patrimoniais hipotética assinale a opção correta.

Variações ativas totais	1200
Mutações Passivas	200
Variações ativas independente da execução orçamentárias	260
Mutações Ativas	250
Variações passivas orçamentárias	750
Decréscimos patrimoniais	30
Variações passivas independente da execução orçamentária	680

- a) Os fatos permutativos da execução da despesa foram no montante de 170 unidades monetárias.
- b) As baixas extraorçamentárias do ativo totalizaram 200 unidades monetárias.
- c) O montante da receita efetiva orçamentária foi de 1200 unidades monetárias.
- d) O montante dos fatos permutativos orçamentários relacionados com o passivo foi maior do que os mesmos fatos envolvendo o ativo.
- e) O resultado patrimonial apurado foi um superávit de 230 unidades monetárias.





**CONCURSO PÚBLICO**  
**ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - AFC**  
**CGU - 2005/2006**

**Prova 3 - Conhecimentos Específicos**

**Gabaritos (antes dos recursos) - prova aplicada em 05/03/2006 - DOMINGO / TARDE**

Área: Auditoria e Fiscalização		Área: Correição		Área: Tecnologia da Informação	
01 - E	36 - C	01 - B	36 - D	01 - B	36 - E
02 - D	37 - D	02 - A	37 - E	02 - D	37 - A
03 - A	38 - D	03 - E	38 - E	03 - E	38 - D
04 - D	39 - E	04 - C	39 - B	04 - C	39 - C
05 - C	40 - C	05 - D	40 - C	05 - E	40 - C
06 - B	41 - A	06 - E	41 - B	06 - B	41 - A
07 - D	42 - C	07 - A	42 - D	07 - D	42 - B
08 - E	43 - D	08 - B	43 - A	08 - A	43 - D
09 - C	44 - B	09 - D	44 - D	09 - B	44 - B
10 - D	45 - B	10 - B	45 - C	10 - E	45 - C
11 - A	46 - D	11 - D	46 - E	11 - B	46 - D
12 - D	47 - C	12 - C	47 - B	12 - B	47 - B
13 - D	48 - A	13 - C	48 - A	13 - C	48 - C
14 - B	49 - E	14 - E	49 - D	14 - B	49 - C
15 - C	50 - E	15 - A	50 - A	15 - C	50 - A
16 - B	51 - C	16 - B	51 - D	16 - A	51 - C
17 - E	52 - B	17 - A	52 - A	17 - A	52 - B
18 - C	53 - A	18 - C	53 - B	18 - B	53 - D
19 - E	54 - D	19 - D	54 - D	19 - A	54 - C
20 - C	55 - C	20 - E	55 - C	20 - A	55 - D
21 - A	56 - A	21 - A	56 - E	21 - B	56 - E
22 - A	57 - E	22 - D	57 - C	22 - D	57 - D
23 - B	58 - A	23 - D	58 - E	23 - A	58 - E
24 - D	59 - B	24 - A	59 - A	24 - D	59 - A
25 - D	60 - C	25 - A	60 - D	25 - A	60 - E
26 - B	61 - E	26 - B	61 - C	26 - E	61 - C
27 - B	62 - D	27 - C	62 - E	27 - E	62 - A
28 - E	63 - C	28 - B	63 - B	28 - D	63 - D
29 - A	64 - D	29 - B	64 - A	29 - C	64 - C
30 - E	65 - A	30 - E	65 - E	30 - E	65 - E
31 - B	66 - E	31 - E	66 - C	31 - A	66 - B
32 - C	67 - B	32 - B	67 - E	32 - E	67 - D
33 - E	68 - B	33 - A	68 - A	33 - B	68 - E
34 - A	69 - A	34 - D	69 - B	34 - C	69 - B
35 - A	70 - E	35 - C	70 - D	35 - A	70 - E

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF  
EDITAL ESAF Nº 23, DE 29 DE MARÇO DE 2006  
CONCURSO PÚBLICO PARA ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE DA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-ESAF, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao estabelecido no subitem 8.5 do Edital ESAF nº 90, de 19/12/2005, publicado no Diário Oficial da União de 20/12/2005, regulador do concurso público para o cargo de Analista de Finanças e Controle da CGU e, em acolhimento aos pronunciamentos da Banca Examinadora emitidos em razão dos recursos apresentados às Provas Objetivas 1, 2 e 3 do referido concurso, RESOLVE:

I- ANULAR as questões abaixo relacionadas, em seus respectivos gabaritos, e ATRIBUIR os pontos a elas correspondentes a todos os candidatos presentes às provas, independentemente de terem ou não recorrido:

a) na Prova 1 - Conhecimentos Gerais (comum a todas as áreas), a questão nº 10 (gab.1); nº 05 (gab.2); nº 10 (gab.3) e nº 11 (gab.4), da disciplina Língua Portuguesa e a questão nº 57 (gab.1); nº 47 (gab.2); nº 52 (gab.3) e nº 42 (gab.4), da disciplina Administração; b) na Prova 2 - Conhecimentos Específicos: b.1) na Área I - Auditoria e Fiscalização: a questão nº 41 (gabaritos 1, 2, 3 e 4) e a questão nº 47 (gabaritos 1, 2, 3 e 4), da disciplina Políticas Sociais e de Infra-Estrutura no Brasil; b.2) na Área II - Correição: a questão nº 16 (gabaritos 1, 2, 3 e 4) e a questão nº 27 (gabaritos 1, 2, 3 e 4), da disciplina Correição no Poder Executivo Federal; c) na Prova 3 - Conhecimentos Especializados (gabarito único): c.1) na Área I - Auditoria e Fiscalização: as questões nºs 10 e 13, da disciplina Finanças Públicas e Orçamento Público; nºs 24 e 39, da disciplina Auditoria; e nºs 62 e 70 da disciplina Contabilidade Pública; c.2) na Área II - Correição: a questão nº 18, da disciplina Direito Constitucional e a questão nº 62, da disciplina Direito Civil e Processual Civil;

II - ALTERAR as respostas das questões abaixo indicadas, em seus respectivos gabaritos: a) na Prova 1 - Conhecimentos Gerais (comum a todas as áreas), as respostas das questões da disciplina Língua Portuguesa, a seguir indicadas, em seus respectivos gabaritos: questão nº 15 (gab.1), da letra "C" para a letra "B"; nº 20 (gab.2), da letra "C" para a letra "B"; nº 05 (gab.3), da letra "C" para a letra "B"; e nº 07 (gab.4), da letra "C" para a letra "B"; b) na Prova 2 - Conhecimentos Específicos: b.1) na Área I - Auditoria e Fiscalização: as respostas das questões da disciplina Políticas Sociais e de Infra-Estrutura no Brasil, a seguir indicadas, em seus respectivos gabaritos: questão nº 60 (gab.1), da letra "C" para a letra "A"; nº 60 (gab.2), da letra "A" para a letra "C"; nº 60 (gab.3), da letra "D" para a letra "A"; e nº 60 (gab.4), da letra "B" para a letra "A"; b.2) na Área II - Correição: as

respostas das questões da disciplina Ética Pública, a seguir indicadas, em seus respectivos gabaritos: questão nº 04 (gab.1), da letra "E" para a letra "B"; nº 04 (gab.2), da letra "D" para a letra "B"; nº 04 (gab.3), da letra "A" para a letra "B"; e nº 04 (gab.4), da letra "C" para a letra "B"; e questão nº 10 gab.1), da letra "C" para a letra "E"; nº 10 (gab.2), da letra "B" para a letra "E"; nº 10 (gab.3), da letra "D" para a letra "E"; e nº 10 (gab.4), da letra "A" para a letra "E"; c) na Prova 3 - Conhecimentos Especializados (gabarito único): c.1) na Área II - Correição: a resposta da questão nº 67, da disciplina Direito Civil e Processual Civil, da letra "E" para a letra "D";

III - VALIDAR os gabaritos divulgados, com as anulações constantes do item I e as alterações constantes do item II, ambos deste Edital.

IV - JULGAR improcedentes os demais recursos apresentados;

V - DIVULGAR, em anexo, a relação dos candidatos habilitados a prosseguir no processo seletivo, classificados na Primeira Etapa do concurso, observados os critérios de habilitação e classificação e de desempate estabelecidos, respectivamente, nos subitens 9.1, 9.2 e 9.3 e, ainda, o disposto no subitem 9.5, todos do Edital ESAF nº 90/2005, regulador do concurso;

VII - CONSIDERAR reprovados, para todos os efeitos, os demais candidatos, de conformidade com o subitem 9.7, observado o subitem 10.4, ambos do supracitado Edital.

GUSTAVO MAIA GOMES  
ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE DA CGU -2006